

Encontro Nacional de Educação Matemática Educação Matemática: Retrospectivas e Perspectivas

Curitiba, PR - 18 a 21 de julho de 2013



EDUCAÇÃO FINANCEIRA CRÍTICA: UM CONVITE À PARTICIPAÇÃO INVESTIGATIVA

André Bernardo Campos Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM andre.campos@ufvjm.edu.br

Marco Aurélio Kistemann Júnior Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática – UFJF marco.kistemann@ufjf.edu.br

Resumo:

A grande oferta de produtos financeiros no mercado à disposição da população, associados ainda à complexidade crescente das informações financeiras, tem gerado indivíduos-consumidores cada vez mais dependentes do aconselhamento provido pelos próprios prestadores de serviços financeiros. Assim, com o intuito de combater essa postura formatadora imposta pelo mercado, propomos um minicurso com o objetivo de provocar discussões e reflexões acerca das práticas de consumo. Por meio de situações-problemas elegemos alguns elementos que podem oferecer significativas contribuições a professores e alunos, através da oferta de novos recursos financeiro-econômicos. Nesse sentido, acreditamos ser esta uma possibilidade em direção a uma Educação Financeira Crítica.

Palavras-chave: Educação Financeira Crítica; Educação Matemática; Cenários para Investigação; Produção de Significados.

1. Introdução

Em 2003, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), influenciada pelo interesse de seus países membros, incluiu a temática da Educação Financeira em sua pauta de discussão. A partir daí, este tema ganhou muito espaço e sua importância foi reconhecida internacionalmente.

Entretanto, como educadores, temos vislumbrado com desconfiança e desconforto o cenário que tem se estabelecido diante das ações que têm sido adotadas para o desenvolvimento do que muitos estão chamando de Educação Financeira.

De um lado temos a família e a escola que, com raríssimas exceções, sendo casos muito isolados e pouco representativos, ainda se baseiam em práticas tradicionais e até mesmo rudimentares de ensino quando se propõem a educar financeiramente os indivíduos-consumidores.

Opondo-se a estas figuras, estão as instituições financeiro-econômicas com variados objetivos que, a nosso ver, em muito se afastam de uma Educação Financeira Crítica. Pode-se dizer que, tal educação, da parte dessas instituições, está mais voltada a um sentido de formatação das decisões de consumo. De acordo com Kistemann Jr. (2011, p. 107),

[...] as propostas até então veiculadas no meio educacional e social em geral, quando ocorrem, no sentido de propiciar cidadania, vêm surgindo com mais intensidade de esferas empresariais, de instituições financeiras, com aparente interesse em alfabetizar economicamente os indivíduos-consumidores. Em nossa leitura desse contexto, preocupa-nos tal atitude, uma vez que os meios educacionais responsáveis, em nosso entender, pela gênese de ações cidadãs críticas ficam inertes e pouco proativos diante das ações empresariais.

Soma-se a isso uma grande variedade de produtos financeiros à disposição da população como cartão de crédito, cheque especial, financiamentos, diversas modalidades de empréstimos, vários tipos de investimentos, pra citar alguns, bem como a crescente complexidade das informações financeiras que permeiam esses produtos de modo que, grande parte dos indivíduos-consumidores não tem conseguindo produzir significados na mesma direção que o faz o banqueiro, por exemplo, em relação aos mecanismos de funcionamentos dos serviços financeiros.

Temos ainda as propagandas com suas técnicas e estratégias de marketing que a mídia vincula, apropriando-se de argumentos extremamente elaborados, procurando ditar a maneira como os cidadãos devem viver e consumir, transformando o desejo desenfreado, inconsciente e inconsequente norteado pelo consumismo em aparente necessidade, tendo no ato consumista e de descarte instantâneo o motivo final para este consumo. Nesse sentido, de acordo com Kistemann Jr. (2011), muito mais importante que a utilidade do produto em si está o *status* que este conferirá ao seu possuidor, a possibilidade de destacálo do anonimato. Desse modo, instituições financeiro-econômicas inventam e remodelam estratégias com o intuito de manter domesticado esse indivíduo-consumidor, criando necessidades e novos padrões de consumo.

Por esses motivos, temos olhado com desconfiança para a Educação Financeira que tem sido proposta, sobretudo, pelos bancos. Nosso temor é a possibilidade de terem o "passe livre" para disseminarem (provavelmente, bem sutilmente) ideias que favoreçam seus próprios interesses, potencializando a capacidade de consumir dos indivíduos-

consumidores através da concessão de crédito para que possam consumir ainda mais seus produtos financeiros. E, segundo Britto (2012, p. 33), isso já está acontecendo:

As instituições financeiras e bancárias são aquelas responsáveis em parcerias com o Estado, nas várias estratégias nacionais analisadas, de desenvolverem propostas curriculares de Educação Financeiras que, por sua vez, figuram como estratégias do capital, iniciativas neoliberais de produção/constituição de consumidores de produtos financeiros.

Portanto, questões muito pertinentes e, acima de tudo, preocupantes são levantadas:

Como fazer frente à lógica desse sistema que depende de criar cada vez mais mercadorias para continuar se expandindo, e que para isso tem uma complexa engrenagem de "fabricação de novas necessidades", instalando a ideia do poder de consumo como um valor em si? Criando por um lado o consumo compulsivo, excessivo e acrítico de determinados bens, independentemente de sua necessidade "real" (o chamado consumismo), e por outro a desvalorização e a desvalia social para os que não podem consumir no mesmo nível e o mesmo tipo de bens? (BRASIL, 1998, p. 353)

Obviamente, não temos respostas fechadas, mas, esperamos com este minicurso trazer significativas contribuições aos profissionais da educação (matemática), de modo que estes, na responsabilidade que detém, possam auxiliar na formação de cidadãos financeira e criticamente educados.

2. Objetivos e Procedimentos Metodológicos do Minicurso

Nosso objetivo neste minicurso é apresentar ambientes de aprendizagem baseados em situações-problemas e cenários para investigação, tendo como intenção estabelecer discussões, reflexões e, dentro do possível, propiciar ações em relação às práticas de consumo.

Almejamos, portanto, oferecer um convite ao professor da Educação Básica, isto é, convidá-lo a repensar o tratamento tradicional dado ao ensino da Matemática (Financeira). Nossas intenções se direcionam para disponibilizar para esse profissional uma abordagem diferente, com o intuito de despertar e aguçar em seus alunos o interesse pelo tema, preparando estes jovens-indivíduos-consumidores para exercerem sua cidadania, bem como, analisarem situações financeiras do seu cotidiano.

O minicurso será iniciado com uma breve reflexão acerca da Educação Financeira que temos praticado em nossas salas de aulas, tendo como elemento disparador uma narrativa.

Em seguida, estabeleceremos discussões apresentando alguns textos que falam sobre *Consumo X Consumismo* e *Liberdade X Manipulação*. Temos a intenção de trabalhar esses temas sob uma abordagem mais provocativa, isto é, queremos causar uma sensação desconfortável com algumas afirmações, tendo como objetivo trazer à tona uma realidade que tem sido pouco observada.

Apresentaremos também textos com o objetivo de mostrar que diferentes produções de significados são possíveis quando nos baseamos no nosso conhecimento de mundo, bem como alguns significados bem peculiares produzidos por alunos que participaram de um curso de extensão universitária quando foram colocados frente a determinadas situações-problemas.

Além desses, faremos uso de propagandas, vídeos e situações-problemas como elementos que possam contribuir para despertar o interesse do aluno pelo tema, abordando: financiamento, cartão de crédito (pagamento mínimo da fatura), força do juro composto, compras a prazo ou à vista. Estes e outros temas serão abordados e discutidos durante a realização do minicurso.

Por fim, apresentaremos ambientes de aprendizagem baseados nos cenários para investigação destacando três panoramas: um que faz alusão à Matemática pura, ou seja, problemas matemáticos que se referem exclusivamente à Matemática; outro que trata da semi-realidade que é uma realidade construída, uma situação artificial; finalmente um ambiente baseado na vida real.

3. Referencial Teórico

Muitos trabalhos têm relatado sobre as práticas ainda muito focadas no ensino tradicional da Matemática. Apesar de já existirem algumas iniciativas por parte de pesquisadores e professores em mudar este cenário, o que se vê é a imperativa prática clássica, fundamentada principalmente em ambientes de aprendizagem que estão se valendo do discurso da contextualização para disfarçarem uma realidade virtualizada, isto é, uma semi-realidade.

Quando nos referimos a ensino tradicional, fazemos alusão ao que Skovsmose (2000) chama de paradigma do exercício, isto é, aquela aula dividida em dois blocos: num primeiro momento, o professor trata de apresentar a teoria, formalizada a partir de uma definição para em seguida, diante de algumas técnicas matemáticas, listar algumas propriedades e, finalizando com alguns exemplos. O segundo momento da aula é destinado à resolução de exercícios por parte dos alunos, baseados quase sempre nos algoritmos apresentados pelo professor. Assim, temos a dupla (teoria + exercícios) servindo de parâmetro a muitos professores em suas práticas pedagógicas, norteada pelo livro didático que, na sua maior parte, está desprovido de situações que possibilitem discussões e reflexões que sejam capazes de proporcionar no ambiente da sala de aula o desenvolvimento de uma postura crítica por parte dos alunos.

É mister enfatizar que, não queremos em momento algum suprimir a prática dos exercícios, tampouco a teoria. Pelo contrário, reconhecemos seu espaço. Entretanto, não podemos encará-los como o único meio de abordagem em nossas salas de aula.

Assim, Skovsmose (2000) propõe um novo ambiente de aprendizagem, os Cenários para Investigação, isto é, um ambiente que pode dar suporte a um trabalho de investigação, no qual os alunos, mediados por seu professor, são os agentes responsáveis pelo processo, uma vez que serão eles, a partir do aceite do convite de seu professor, que formularão as questões, bem como as explicações. Ou seja, em vez da imposição de comandos, há um convite à participação investigativa para explorações e descobertas.

Cremos, portanto, ser possível a busca de um caminho entre os diferentes tipos de ambientes de aprendizagem, de modo a contribuir com a oferta de novos recursos financeiro-econômicos aos alunos, levando-os a refletir e agir, oferecendo assim uma Educação Financeira Crítica.

4. Considerações Finais

Como dito anteriormente, não desejamos erradicar a prática de exercícios nas salas de aula, tampouco afirmar que os cenários para investigação são a solução para os problemas desse ambiente de aprendizagem matemática. Intencionamos navegar rumo aos cenários para investigação e as contribuições que os mesmos podem propiciar para uma aprendizagem mais significativa, alçando cada aluno ao posto de agente ativo na produção do seu conhecimento.

Pensamos assim, num movimento que coloca o aluno no centro das discussões financeiro-econômicas, lugar este que lhe dará a oportunidade de refletir e tomar suas decisões de forma crítica, agindo e resguardando-se dos pressupostos impostos pelas instituições bancárias e comerciais em geral.

5. Referências

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 174 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2012.

BRITTO, R. R. **Educação Financeira: Uma Pesquisa Documental Crítica**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2012.

KISTEMANN JR., M. A. **Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Matemática, Instituto de Geociências De Ciências Exatas, Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

SKOVSMOSE, O. **Cenários para investigação**. BOLEMA, Rio Claro, SP, ano 13, n. 14, p. 66-91, 2000.